



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008794-85.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Arnaldo Cardoso dos Santos Transportes - Me**
 Requerido: **Santander Leasing S/A - Arrendamento Mercantil**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

ARNALDO CARDOSO DOS SANTOS TRANSPORTES – ME propôs ação de indenização por danos morais em face de **SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL**. Alegou ter celebrado, em 27/08/2010, contrato de arrendamento mercantil financeiro com a parte requerida no montante de R\$104.000,00. Que algumas parcelas do referido contrato foram repactuadas gerando novo contrato. Que ao tentar realizar novo financiamento com o banco requerido descobriu que o título, ora em discussão, havia sido protestado perante o cartório local. Alegou que não se encontra inadimplente, estando as parcelas devidamente quitadas. Requereu a tutela antecipada a fim de excluir o seu nome do protesto em cartório, bem como a indenização por danos morais.

Encartados à inicial vieram os documentos de fls. 09/14.

Foi deferida a gratuidade da justiça (fl. 29). Pedido de esclarecimentos ao autor à fl. 29.

Adveio manifestação com os esclarecimentos às fls. 35/36.

Deferida a antecipação da tutela (fl. 37).

Adveio ofício do 2º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de São Carlos – SP (fls. 44/59) informando o cancelamento do protesto.

A parte requerida, devidamente citada (fl. 43), contestou o pedido (fls. 63/74). Preliminarmente, impugnou a concessão da Assistência Judiciária Gratuita, bem como alegou a inaplicabilidade da Súmula 479, do STJ ao caso. No mérito, alegou que a parte autora não trouxe aos autos nenhuma comprovação de suas alegações, sendo que não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

houve qualquer circunstancia que demonstre a ocorrência de situação excepcional que pudesse ensejar o dano moral alegado. Pugnou pela impossibilidade de dano moral à pessoa jurídica e de inversão do ônus probatório. Requereu a improcedência da demanda e, caso haja condenação, que a verba indenizatória seja fixada em patamar mínimo.

Rejeição da impugnação da gratuidade concedida à fl. 88.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Encontra-se caracterizada a relação de consumo havendo de um lado o consumidor e de outro um fornecedor. Assim, inequívoca a aplicabilidade das disposições do Código de Defesa do Consumidor.

Friso que a inversão do ônus da prova não é regra absoluta. Ela é dada, a critério do juiz, quando demonstradas a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência da parte autora, sendo que, qualquer desses dois requisitos deve ser apontado pela parte que a requer. Nesse sentido:

(...) "4. A inversão do ônus da prova com fins à plena garantia do exercício do direito de defesa do consumidor, só é possível quando houver verossimilhança de suas alegações e constatada a sua hipossuficiência a qual deverá ser examinada não só do ponto de vista social, mas, principalmente, do ponto de vista técnico" (AgRg no n. Ag n. 1.355.226/RJ, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/9/2012, DJe 26/9/2012.)

No caso concreto, observo que a parte requerida detém melhores condições para provar, com a apresentação de documentos, a falsidade das alegações do autor. Assim, deveria a parte ré ter se desincumbido de seu ônus, o que não ocorreu.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Trata-se de pedido de danos morais que o autor intentou diante do alegado protesto indevido em seu nome, referente a dívida renegociada com o banco réu.

Em que pesem as alegações do réu, há nos autos indícios suficientes da ocorrência do protesto indevido em nome do autor, inclusive com a realização do cancelamento do protesto, pela própria financeira, conforme comprova documento de fl. 48.

O documento de fl. 14 comprova a realização do protesto em 23/07/2013 sendo que o seu cancelamento se deu apenas em 25/06/2015, a pedido da parte requerida, informando que houve quitação da dívida.

O banco não impugna os fatos alegados na inicial se limitando a, genericamente, dizer que o autor não comprova suas alegações. Nada menciona acerca da informação de que o contrato que ensejou a negativação teria sido renegociado, gerando um novo contrato (fl. 13), o que não se pode admitir.

À falta de impugnação específica a alegação é tida como verdadeira.

A responsabilidade pelos cadastros, exame de documentos, celebração de contratos, lançamento de restrições negativas, entre outras operações, é da parte requerida, sendo que esta deve arcar com os riscos a que está sujeita no desempenho de suas atividades.

Dito isso, resta apenas a análise quanto à existência de dano a ser indenizado.

Ao contrário do que aduz a parte requerida, é cabível o dano moral também em relação às pessoas jurídicas. Nesse sentido a Súmula 227, do STJ: "A pessoa jurídica pode sofrer dano moral".

O dano moral da pessoa jurídica, entretanto, se limita à sua honra objetiva, ou seja, quando o dano atinge seu nome, imagem ou reputação, sendo a responsabilidade civil da ré, objetiva, nos termos do art. 14, do CDC.

No caso, por óbvio que a inserção de informação indevida gera prejuízos à pessoa jurídica que, estando com seu nome protestado, fica impedida de realizar transações necessárias.

Cumprе destacar que na fixação do valor da indenização por dano moral, à



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

falta de regulamentação específica, certos fatores têm sido apontados como determinantes do alcance da indenização. A conduta das partes, condições econômicas do ofendido e do ofensor e a gravidade do dano são de suma importância dentre os fatores hauridos da experiência comum.

O valor da indenização deve ser arbitrado considerando, ainda, que deve servir como fator de reparação à lesão sofrida pela parte autora e também, deve ter caráter pedagógico de forma a desestimular comportamentos semelhantes ao praticado pelo réu.

Nesse sentido, fixo a indenização por dano moral em R\$ 5.000,00, quantia que entendo suficiente para reparar a dor sofrida pela parte autora, sem que lhe represente um enriquecimento sem causa, servindo de fator intimidativo à parte ré, na prevenção de condutas semelhantes à discutida nos presentes autos.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE A AÇÃO**, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para tornar definitiva a tutela antecipada concedida, e também para condenar a parte requerida ao pagamento do valor de R\$ 5.000,00 a título de danos morais, devendo o valor ser corrigido monetariamente pela tabela prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desde a data de publicação desta sentença, e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês, do mesmo marco, considerando que o fator tempo já foi levado em conta para a sua fixação.

Sucumbente, o réu arcará com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação atualizado.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Com o trânsito em julgado, querendo, a parte autora deverá apresentar planilha atualizada de seu crédito e requerer, no prazo de 30 dias, o início da fase de cumprimento de sentença, nos moldes do art. 523 e 524 do NCPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Apresentado o requerimento os autos irão para a fila - processo de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

conhecimento em fase de execução. Nada sendo requerido, encaminhem-se os autos ao arquivo, sem prejuízo de posterior desarquivamento, a pedido da parte.

P.I.

São Carlos, 06 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**